

Termo de Referência 9/2024

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|----------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 9/2024 | 682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS | DIOGENES DE OLIVEIRA NUNES | 18/03/2024 14:28 (v 2.0) |
| Status | CONCLUIDO | | |

Outras informações

| | | |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC | | 50300.010387/2023-09 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de subscrição de licenças de uso de softwares Microsoft, pelo período de 12 (doze) meses, para ambiente corporativo e datacenter da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, com o respectivo fornecimento de licenças, suporte e benefícios, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Grupo | Item | CATSER | Descrição | Ident. SGD | Ident. Microsoft | Modelo de Licencia-mento | Cronograma de Pagamentos | Preço Unitário Mensal Estimado [A] | Preço Unitário Anual Estimado [B]=[A]*12 | Quant. Estimada Máxima [C] | Valor Estimado Máximo dos Pagamentos Mensais [D]=[A]*[C] | Valor Total Estimado Máximo para 12 meses [E]=[B]*[C] |
|-------|------|--------|--|--------------|------------------|--------------------------|--------------------------|------------------------------------|--|----------------------------|--|---|
| 1 | 1 | 27502 | M365 E3 Unified Sub Per User | MS.4.0-A0936 | AAD-33204 | Subscrição | Mensal | R\$ 162,31 | R\$ 1.947,72 | 620 | R\$ 100.632,20 | R\$ 1.207.586,40 |
| | 2 | 27502 | M365 F3 FUSL Sub Per User | MS.4.0-A1383 | JFX-00003 | Subscrição | Mensal | R\$ 35,84 | R\$ 430,08 | 120 | R\$ 4.300,80 | R\$ 51.609,60 |
| | 3 | 27502 | Project P3 Sub Per User | MS.4.0-A0475 | 7LS-00002 | Subscrição | Mensal | R\$ 120,65 | R\$ 1.447,80 | 20 | R\$ 2.413,00 | R\$ 28.956,00 |
| | 4 | 27502 | Win Server DC Core ALng LSA 2L | MS.4.0-A0529 | 9EA-00039 | Subscrição | Anual | N/A | R\$ 1.066,30 | 120 | N/A | R\$ 127.956,00 |
| | 5 | 27502 | SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L | MS.4.0-A0456 | 7JQ-00341 | Subscrição | Anual | N/A | R\$ 22.275,55 | 17 | N/A | R\$ 378.684,35 |
| | 6 | 27502 | Visual Studio Pro with GitHub ALng LSA | MS.4.0-A1626 | QEK-00001 | Subscrição | Anual | N/A | R\$ 2.227,10 | 6 | N/A | R\$ 13.362,60 |
| TOTAL | | | | | | | | | | | R\$ 107.346,00 | R\$ 1.808.154,95 |

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de subscrição de licenças de uso contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto nos Estudos Técnico Preliminar, apêndices deste Termo de Referência.

1.4. Suprimido

1.4.1. Suprimido

1.5. Suprimido

1.6. Suprimido

1.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A solução consiste na disponibilização de software, por meio de subscrição durante 12 (doze) meses, para as soluções atualmente em uso na ANTAQ, soluções estas de Escritório Digital, de Sistema Operacional de Servidor, de Ferramenta de Desenvolvimento .NET e Sistema Gerenciador de Banco de Dados.

2.3 Bens e Serviços que compõem a solução já foram detalhados na tabela do item 1 deste Termo de Referência.

2.4 Parcelamento da Solução de TIC

2.4.1. Os itens a serem contratados são interdependentes e formam uma única solução, devendo, portanto, serem licitados em um único grupo e entregues por uma única empresa, de forma a garantir uma única entrega e minimizar a falta de partes da solução, o que comprometeria o funcionamento destas.

2.4.2. Além disso, justifica-se o agrupamento dos itens da contratação com vista ao melhor aproveitamento das práticas de mercado adotadas pela Microsoft, melhor gerenciamento do contrato e obtenção dos serviços de suporte padronizados.

2.4.3. De acordo com a documentação da Microsoft, para os contratos do formato Enterprise Agreement ou Enterprise Agreement Subscription, caso os itens fossem separados em adjudicações individuais, as revendas e a fabricante não atingiriam a padronização nas relações contratuais a fim de oferecer níveis de desconto. Além disso, haveria grande probabilidade de que os contratos fechados com determinado fornecedor não atingissem o quantitativo/volume mínimo que possibilitasse oferecer o nível de serviços padronizados com as demais licenças adquiridas de outros fornecedores.

2.4.4. Verifica-se, com isso, que essa forma de contratação atinge um maior ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, proporcionando maior economia para a Administração.

2.4.5. O agrupamento dos itens em um única solução também favorece o melhor gerenciamento do contrato de licenças Microsoft, pois o conjunto dessas licenças pode ser planejado e adquirido num único processo de contratação, racionalizando os esforços administrativos. Ademais, evita-se a possibilidade de haver uma multiplicação de novas licitações e contratos, caso fosse adotado o critério de adjudicação por item, para adquirir as licenças decorrentes de contratos que viessem a ser interrompidos.

2.4.6. A opção pelo agrupamento dos itens está condizente, ainda, com a exceção disposta § 2º do art. 40 da Lei 14.133/2021:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

2.4.7. O agrupamento também encontra amparo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme se observa na Súmula 247 - TCU/2007.

2.4.8. Em suma, a opção pelo fornecimento e consequente adjudicação por grupo leva em conta a modalidade de contratação pretendida e os benefícios associados. O agrupamento de vários itens em um mesmo objeto não compromete a competitividade do certame, uma vez que várias empresas, que atuam no mercado, apresentam condições para cotar todos os itens. A modalidade de contratação pretendida, a Enterprise Agreement Subscription (EAS), traz como principal benefício uma redução no valor individual das licenças, gerando maior economia para a CONTRATANTE, o que não seria possível com um eventual desmembramento dos itens. Além disso, a contratação de licenciamento por volume não permite a comercialização das licenças separadamente, não existindo, portanto, a possibilidade da homologação dos itens separadamente.

2.4.9. Não haverá parcelamento da solução de TIC, tendo em vista que a separação de licenças de um mesmo tipo em itens isolados da contratação pode dificultar a execução do contrato, uma vez que seria oneroso para a Administração gerenciar vários fornecedores para licenças de mesma natureza para cada tipo de licença desejada. Ademais, o risco de frustração de parte dos itens acarretaria a descontinuidade parcial dos serviços, deixando parte dos usuários da ANTAQ sem acesso aos softwares ou parte das aplicações sem o licenciamento necessário à sua operação, prejudicando assim o atingimento dos objetivos institucionais da ANTAQ.

2.4.10. Do ponto de vista técnico, deve-se destacar a questão da abertura de diferentes (Enterprise Agreement EA) caso não ocorra o agrupamento da solução estando o modelo de licenciamento EA está previsto no Catálogos de Soluções de TIC do Ministério da Economia. Em regra, é aberto um EA para cada contrato. É certo que existe a possibilidade de se trabalhar com vários EA's, mas isso traria uma complexidade na administração das licenças uma vez que cada item /solução estaria em um EA diferente.

2.4.11 Quanto a competitividade, destaca-se que não há segmentação de parceiros do Fabricante por tipo de licença. Conforme disponível no site do fabricante (<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>), todos os parceiros autorizados a realizar licenciamento da forma pretendida nessa contratação estão aptos a disponibilizar as licenças objeto deste Termo de Referência. Assim, não haverá perda de competitividade ao agrupar a solução.

2.4.12. Portanto, o agrupamento da solução de TIC alvo desta contratação não vai de encontro ao disposto na Súmula nº 247 do TCU, não prejudicando a competição nem acarretando em restrições indevidas. Ademais, mostra-se a solução mais adequada sob os pontos de vista técnico e operacional.

2.5 Não utilização de cota de reserva

2.5.1 Com fulcro nos art 49, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006 e nos art. 8º e art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538, de 2015, justifica-se a não utilização da cota de reserva de até 25% para este processo, dado que representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto. Isso porque, a fixação de cotas para a presente contratação apresenta riscos operacionais já mencionados no item anterior.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente contratação justifica-se pela contextualização, motivos e quantitativos abaixo:

3.1.1 A ANTAQ utiliza a plataforma Microsoft tanto nas estações de trabalho quanto em parte dos equipamentos servidores. No primeiro caso, todos os computadores do tipo desktop e notebooks utilizam sistema operacional Windows juntamente com suíte de aplicativos de escritório, produtividade e e-mail presentes no Office365. Quanto aos servidores de rede, destaca-se o fornecimento de serviços essenciais como, serviços de diretório, sistemas gerenciadores de bancos de dados e outros.

3.1.2. Atualmente, os produtos da plataforma Microsoft são fornecidos à ANTAQ através do Contrato Nº 27/2020 (SEI nº 1211526). Todas as licenças contratadas incluíram direito de atualização durante a vigência do Contrato, através do serviço denominado Software Assurance.

3.1.3 O contrato Nº 27/2020 (SEI nº 1211526) irá encerrar no dia 16/03/2024, não sendo passível de renovação. Desta forma, há a necessidade de nova contratação de direitos de uso com a finalidade de não impactar o trabalho dos usuários e colaboradores, tampouco os serviços de TI oferecidos pela Agência para a sociedade, uma vez que é vedado utilizar softwares não licenciados. Destaca-se que as ferramentas de escritório e produtividade, tais como Word, Excel, Power Point, Outlook, OneDrive, Teams e outros, presentes na suíte Office 365 E3 terão seu acesso gradualmente interrompidos após o fim de vigência do contrato nº 27/2020.

3.1.4. Para que a Antaq possa realizar sua missão é necessário assegurar soluções tecnológicas alinhadas às necessidades de negócio e, neste sentido, se torna mandatório que a Antaq tenha a sua disposição softwares adequados para o ambiente corporativo e datacenters.

3.1.5. Conforme já evidenciado nos Estudos Técnicos Preliminares os produtos da Microsoft a serem contratados atendem às necessidades da Agência e são essenciais para continuidade dos serviços de TI, já que majoritariamente tanto o ambiente Datacenter quanto de Escritório funcionam com os produtos Microsoft e que a substituição por outros traria muitos transtornos à continuidade dos serviços de TI.

3.1.6. No Estudo Técnico Preliminar foi evidenciado que o modelo de subscrição é o mais vantajoso para a Agência além de privilegiar a flexibilidade e dar acesso sempre às ferramentas mais atualizadas.

3.1.7. Sendo assim, a nova contratação é essencial para garantir a continuidade dos trabalhos na ANTAQ.

3.1.8. Quanto às licenças de Windows Server, são necessários 120 pacotes licenças para licenciar os 240 núcleos dos servidores de rede da ANTAQ, conforme a figura abaixo:

| Servidor Físico | Número de Processadores [A] | Número de núcleos por processador [B] | Total de núcleos [C] = [A] * [B] | Número de pacotes de 2 licenças [D] = [C] / 2 |
|-----------------|-----------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|---|
| Lenovo_SR650#01 | 2 | 20 | 40 | 20 |
| Lenovo_SR650#02 | 2 | 20 | 40 | 20 |
| Lenovo_SR650#03 | 2 | 20 | 40 | 20 |
| Lenovo_SR650#04 | 2 | 20 | 40 | 20 |
| DELL#01 | 4 | 10 | 40 | 20 |
| DELL#02 | 4 | 10 | 40 | 20 |
| TOTAL | | | 240 | 120 |

3.1.9. Quanto às licenças de SQL Server, são necessários 17 pacotes de licenças para licenciar os servidores de Banco de Dados, conforme a figura abaixo:

| Servidor Virtual | Quantidade de núcleos [A] | Número de pacotes de 2 licenças [B] = [A] / 2 |
|------------------|---------------------------|---|
| SERVIDOR_BD#01 | 6 | 3 |
| SERVIDOR_BD#02 | 4 | 2 |
| SERVIDOR_BD#03 | 16 | 8 |
| SERVIDOR_BD#04 | 4 | 2 |
| SERVIDOR_BD#05 | 4 | 2 |
| TOTAL | 34 | 17 |

3.1.10. Quanto às licenças de Microsoft 365 são necessárias 740 licenças para os usuários da ANTAQ, sendo 620 licenças Microsoft M365 E3 e 120 licenças Microsoft M365 F3, conforme levantamento realizado pela Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte.

3.1.11. Quanto às licenças de Visual Studio Pro são necessárias 6 (seis) licenças sendo , 5 (cinco) para os desenvolvedores e 1 (uma) para o fiscal do contrato.

3.1.12. Quanto às licenças do Microsoft Project são necessárias 20 (vinte) licenças conforme levantamento realizado pela Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte.

2.1.13. Os quantitativos, características e necessidades dos produtos listados acima, que compõem a solução, são melhor detalhados no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Suprimido

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 04903587000108-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 104

IV) Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

V) Identificador da Futura Contratação: 682010-90010/2023

3.3.1 Observações:

3.3.1.1 A contratação estava prevista para 2023 mas só em 2024 foi possível a elaboração dos artefatos da presente contratação.

3.3.1.2 O Plano de Contratações Anuais 2024 da Antaq ainda não foi publicado, mas a presente contratação está prevista, conforme Documento de Formalização da Demanda - DFD 139/2023, com valor total previsto de R\$ 2.500.000,00.

3.4. Suprimido.

3.5. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2020 a 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2024 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, conforme demonstrado abaixo:

| ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS | |
|-------------------------------------|--|
| ID | Objetivos Estratégicos |
| 09 | Objetivo 9 - Intensificar o uso de soluções tecnológicas na gestão processual. (Plano Estratégico 2021-2024 da ANTAQ) |
| 016 | Objetivo 16 - Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação. (Estratégia de Governança Digital 2020-2023) |

| ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024 | | | |
|--------------------------------|---|-----------|---|
| ID | Ação do PDTIC | ID | Meta do PDTIC associada |
| A8 | Prover solução de bancos de dados | M1 | Prover soluções de processamento e armazenamento de dados. |
| A17 | Prover licenciamento de software para uso Corporativo | M4 | Prover soluções para atendimento às necessidades dos usuários de TIC. |
| A26 | Adquirir Licenças do Microsoft Project | M4 | Prover soluções para atendimento às necessidades dos usuários de TIC. |

3.6. Suprimido

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Negócio

4.2 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.2.1 Para a plataforma de automação de escritórios e ferramentas correlacionadas:

- a. Prover ferramentas para comunicação institucional;
 - i. Chat de texto/imagens, inclusive com diálogos preservados de forma permanente para equipes, incluindo compartilhamento de arquivos.
- b. Disponibilizar ferramentas de apoio à automação de escritório:
 - i. Edição de textos em formato DOC, DOCX (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) e HTML.
 - ii. Edição de planilhas em formato XLS, XLSX (Microsoft Excel), CSV (texto separado por vírgulas) e HTML.
 - iii. Exportação/gravação de documentos/planilhas em formato PDF.
 - iv. Criação de macros em código de programação de alto nível para automação de tarefas repetitivas na ferramenta de automação de escritórios.
 - v. Ambiente de ferramentas integradas entre si (edição de planilhas, textos, bancos de dados).
- c. Prover ferramentas para o planejamento e controle de trabalho em equipe, com compartilhamento de arquivos, chat permanente e gerenciamento de projetos colaborativos;
- d. Permitir meios para gravação, manutenção e publicação interna de uma biblioteca de vídeos, bem como a geração de streaming para transmissão de eventos para público interno e externo;
- e. Prover infraestrutura para armazenamento e compartilhamento de arquivos eletrônicos em ambiente de nuvem, permitindo o acesso mesmo fora do ambiente da rede da ANTAQ;
- f. Prover infraestrutura de computadores pessoais disponível e segura para suportar a solução da plataforma de automação de escritórios e ferramentas correlacionadas;
- g. Prover infraestrutura para implantação de duplo fator de autenticação.
- h. Prover infraestrutura para aumentar o nível de segurança de acesso das contas administrativas do ambiente do Escritório Digital.
- i. Prover serviço de correio eletrônico.
- j. Para autenticação dos usuários da solução deverá ter capacidade de acessar diretamente ou adotar protocolos que permitam a sincronização com o ambiente Active Directory da Microsoft, solução usada pela Agência para o gerenciamento de identidades dos usuários.
- h. Sistema Operacional das estações de trabalho e notebooks:
 - i. Com garantia de suporte do fabricante e de atualização tecnológica pelo prazo desta contratação.
 - ii. Microsoft Windows, em suas versões atualizadas para estações de trabalho e para computadores móveis, atualmente versões Windows 10 e Windows 11. A ANTAQ poderá optar se e quando fará migração do Windows 10 para Windows 11, sempre que isso for viável.

4.2.2 para o sistema operacional para o ambiente de servidores:

- a. Manter a continuidade do negócio, de modo que os sistemas e serviços de TI essenciais para a ANTAQ continuem em funcionamento após o término da vigência dos atuais contratos de licenciamento Microsoft;
- b. Possuir suporte e direito de atualização do fabricante.
- c. Prover serviços básicos de infraestrutura como: Autenticação; Controle de acesso; Administração de contas de usuários, grupos e estações de trabalho; Distribuição centralizada de políticas da organização a estações de trabalho e usuários; Serviços de Gerenciamento de Certificados; Serviços de Controlador de domínio; Serviços de Diretório; Serviços de DHCP (DHCP); Serviços de Domain Name Server (DNS); Serviços de Arquivo e Armazenamento; Serviços de Área de Trabalho Remota; Serviços de distribuição de atualizações e patches;
- d. Possuir tecnologia que permita a virtualização de hardware, possibilitando que diversas máquinas virtuais compartilhem recursos físicos de processamento, armazenamento e de rede do hardware hospedeiro;
- e. Possuir tecnologias que garantam a alta disponibilidade de serviços e aplicações;
- f. Ser compatível com as seguintes tecnologias ou soluções: Microsoft SQL Server Enterprise <https://docs.microsoft.com/en-us/sql/sql-server/install/hardware-and-software-requirements-for-installing-sqlserver-2019?view=sql-server-ver16#hwsrw>; Servidor Web com suporte aos Sistemas desenvolvidos em tecnologia Microsoft, incluindo no mínimo ASP.NET Webforms, ASP.Net MVC, ASP.Net Core, SQL Data Access;

4.2.3 para a plataforma de banco de dados:

- a. Possibilitar o acesso aos diversos dados utilizados amplamente pela ANTAQ, mantê-los com segurança e integridade;
- b. Permitir seu compartilhamento quando necessário e resguardar seu sigilo; e
- c. Viabilizar o acesso ao banco de dados diretamente (através de consultas às bases de dados, cruzamento de dados, produção de trilhas de auditoria etc.) ou indiretamente (através do acesso dos sistemas da Casa aos bancos de dados).
- d. Atendimento às características essenciais a uma plataforma robusta de bancos de dados, tais como controle de redundância, controle de acesso aos dados, garantia de restrições de integridade e controle de recuperação a falhas;
- e. Garantia de acesso imediato aos dados existentes nas bases de dados atuais por parte das aplicações já existentes na Agência, tais como os sistemas Corporativo, SAMA, SDP, entre outros, em sua maioria desenvolvidas utilizando tecnologias Microsoft, sem a necessidade de correções e/ou modificações nas aplicações citadas;
- f. Possibilitar a execução de “backups a frio” e “backups a quente” (completos, diferenciais e transacionais), além da recuperação de dados total, parcial e “point in time”;
- g. Permitir a criação de instâncias de banco de dados em Alta Disponibilidade, a fim de reduzir o downtime em casos de manutenção ou falha;

4.2.4 São requisitos de negócio para o software plataforma de desenvolvimento:

- a. Fornecer um ambiente de desenvolvimento que permita o desenvolvimento de software multiplataforma com recursos que permitam alta produtividade na codificação e construção dos aplicativos, como análise da sintaxe em tempo real, preenchimento automático de membros, geração de código, mecanismos de refatoração, depurador e compilador integrados, suporte à codificação nas linguagens C#, ASP.Net, Visual Basic, Javascript, CSS, TSQL;
- b. Suportar o desenvolvimento dos projetos desenvolvidos nas arquiteturas de software utilizadas pela organização em tecnologia Microsoft, incluindo, no mínimo, ASP.NET Webforms, ASP.Net MVC e ASP.Net Core;
- c. Integrar-se automaticamente com o servidor de aplicações Internet Information Services, utilizado nos sistemas desenvolvidos pela organização na tecnologia Microsoft.
- d. Fornecer ferramentas para codificação e execução dinâmica de testes unitários;
- e. Fornecer funcionalidades e depuração e diagnósticos avançados.

f. Fornecer informações em tempo real (ou seja, sem necessidade de acessar outro menu, consulta ou relatório) sobre o código, contendo no mínimo informações sobre a última alteração e existência de testes unitários e os resultados de sua última execução.

g. Fornecer recursos de colaboração.

4.2.5 São requisitos de negócio para o software de gestão de projetos:

1. Fornecer funcionalidades básicas de gestão de projetos tais como gráfico de Gantt, timeline.
2. Facilidade no uso e não necessidade de treinamento.
3. Disponibilidade de recursos de colaboração entre os integrantes da equipe.
4. Integração com ferramentas do Office365 (Teams, OneDrive e Sharepoint).
5. Disponibilidades de Suporte e Atualizações
6. Integração ao serviço de diretório para identificação dos usuários.
7. Sem custos para implantação
8. Realocação de licenças para outros usuários.

4.2 Requisitos de Capacitação

- 4.3. Suprimido.
- 4.4. Suprimido.
- 4.5. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;
- 4.6. Suprimido.

Requisitos Legais

4.7. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;

4.8 Lei 9.609/1998 - Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências; e

Requisitos de Manutenção

- 4.9. Suprimido;
- 4.10 Requisitos de Manutenção:
 - 4.10.1 As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante.
 - 4.10.2 As atualizações ou correções das versões das licenças deverão seguir a política definida pelo fabricante da solução para o licenciamento de subscrição ou perpétuo que se pretende contratar.
 - 4.10.3 A correção de erros dos softwares deve ser realizada sem ônus à contratante, durante o prazo de validade técnica dos softwares, nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.609/1998. Caso os erros venham a ser corrigidos em versão posterior do software, essa versão deverá ser fornecida sem ônus para a contratante.

Requisitos Temporais

- 4.11. Suprimido;
- 4.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.13. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.14. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

| ID | Evento | Prazo | Responsável(is) |
|-----|---|--|--------------------------|
| E1 | Assinatura do Contrato | dia D | CONTRATANTE e CONTRATADA |
| E2 | Reunião Inicial | 5 (cinco) dias úteis da Assinatura do Contrato (E1) | CONTRATANTE e CONTRATADA |
| E3 | Indicação de Preposto | 5 (cinco) dias úteis da Assinatura do Contrato (E1) | CONTRATADA |
| E4 | Emissão das Ordens de Serviço Anuais | Após a assinatura do Contrato ou prorrogação contratual | CONTRATANTE |
| E5 | Emissão das Ordens de Serviço Mensais | Até 15 (quinze) dias anteriores do início do mês de referência | CONTRATANTE |
| E6 | Disponibilização das Licenças | Até 15 (quinze) dias corridos da emissão da Ordem de Serviço (E4) ou (E5) | CONTRATADA |
| E7 | Assinatura do Termo de Recebimento Provisório | 3 (três) dias úteis da Disponibilização das Licenças (E6) | CONTRATANTE |
| E8 | Testes de Conformidade (Teste e Inspeção) | 5 (cinco) dias úteis após a Assinatura do Termo de Recebimento Provisório (E7) | CONTRATANTE |
| E9 | Aplicação das correções após a não aceitação das Licenças | 3 (três) dias úteis após a não aceitação dos Testes de Conformidade (E8) | CONTRATADA |
| E10 | Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo | 3 (três) dias úteis após o aceite dos Testes de Conformidade (E8) | CONTRATANTE |
| E11 | Pagamento | 10 (dez) dias corridos do Ateste da Nota Fiscal/Fatura | CONTRATANTE |
| E12 | Vigência do Contrato | 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato (E1) | CONTRATANTE e CONTRATADA |

4.15 Suprimido.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.16. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante;

4.17 No que for aplicável, a ANTAQ, a futura Contratada e seus eventuais provedores de serviço diretamente envolvidos nesta solução deverão se comprometer com a observância da Lei nº 13709/2018 (LGPD).

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.18 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.19 O fornecimento das licenças de software deverá ser feito de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias.

4.19.1 O software deverá ser fornecido com interface em língua portuguesa brasileira ou com possibilidade de configuração para o português do Brasil.

Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.20. Suprimido.

4.21. Suprimido.

4.22 Não se aplica uma vez que se trata de subscrição de software

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.23. Suprimido.

4.23.1 Não se aplica, uma vez que não haverá implementação da solução por parte da CONTRATADA.

Requisitos de Implantação

4.24. Suprimido.

4.24.1 Não se aplica, uma vez que não haverá implantação por parte da CONTRATADA.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.25. Suprimido.

4.26. Suprimido.

4.26.1 As atualizações ou correções das versões das licenças deverão seguir a política definida pelo fabricante da solução para o licenciamento de subscrição ou perpétuo que se pretende adquirir.

Requisitos de Experiência Profissional

4.27. Suprimido;

4.28. Suprimido.

4.29. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.30. Suprimido.

4.30.1. Suprimido.

4.31. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.32 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.33 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.34. Suprimido.

4.35 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.35.1 O fornecimento das licenças será feito por meio de acesso ao site do fabricante, a área de acesso exclusivo da CONTRATANTE, por meio de credenciais específicas e verificação das licenças e quantidades disponibilizadas frente à quantidade e tipos de licenças constantes da Ordem de Serviço.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.36. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.37 No que couber, a ANTAQ, a futura Contratada e seus eventuais provedores de serviço diretamente envolvidos nesta solução deverão se comprometer a proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativo ao tratamento de dados pessoais, atuando de forma que:

4.37.1 O tratamento das informações pessoais deve considerar o respeito a intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais, conforme o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Vistoria

4.38. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.39. Suprimido.

4.40. Suprimido.

4.41. Suprimido.

4.41.1. Suprimido.

4.41.2. Suprimido.

4.42. Suprimido.

4.43. Suprimido.

4.43.1 Suprimido.

4.43.2 Suprimido.

4.43.3 Suprimido.

Sustentabilidade

4.44. Suprimido.

4.44.1. A CONTRATADA deverá fornecer as licenças de software de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias.

4.44.2. Suprimido.

Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.45. Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar: **Microsoft**.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.46. Suprimido.

4.46.1. Suprimido.

4.46.2. Suprimido.

4.46.3. Suprimido.

Da exigência de carta de solidariedade

4.47. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.47.1. A carta de solidariedade, ou forma similar de comprovação, deverá ser emitida pela fabricante Microsoft que declare que a Licitante está autorizada a revender e distribuir as licenças de software que são objeto desta contratação, haja vista que esta é uma prática do mercado de software dessa categoria.

Subcontratação

4.48. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.49. Suprimido.

4.49.1. Suprimido.

4.49.2. Suprimido.

4.50. Suprimido.

Da verificação de amostra do objeto

- 4.51. Suprimido.
- 4.52. Suprimido.
- 4.52.1. Suprimido.
- 4.52.2. Suprimido.

Garantia da contratação

- 4.53. Suprimido.
- 4.54. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.55. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.56. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.57. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Informações relevantes para a apresentação da proposta

- 4.58. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
 - 4.58.1. Contrato na modalidade Microsoft Enterprise Agreement Subscription (EAS);
 - 4.58.2. Contratação de licenças para subscrição de serviços online para um período de 12 meses.
- 4.59. Suprimido.
- 4.59.1. Suprimido.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.9. Suprimido.

5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.10. Suprimido.

5.3. Suprimido.

5.3.1. Suprimido.

5.3.2. Suprimido.

5.3.3. Suprimido.

5.3.3.1. Suprimido.

5.3.3.2. Suprimido.

5.3.4. Suprimido.

5.3.4.1. Suprimido.

5.3.4.2. Suprimido.

5.3.4.3. Suprimido.

5.4. Suprimido.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica constante no ANEXO A deste Termo de Referência.

6.1.1. Suprimido.

6.1.2. Suprimido.

6.1.3. Suprimido.

6.1.4. Suprimido.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Suprimido.

6.3. Suprimido.

6.2.1. Não há requisitos de local e horário de execução da prestação dos serviços.

6.2.2. A disponibilização das licenças de software contratadas deverá ser informada por e-mail para a equipe de fiscalização do contrato, e deverão estar disponíveis também para consulta no portal de gerenciamento de licenças da Microsoft.

6.2.3. O serviços em nuvem Sharepoint Online, OneDrive, Exchange Online, Power BI e Microsoft Teams devem ter seus dados resididos no Brasil.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Suprimido.

6.4.1. Suprimido.

6.4.2. Suprimido.

6.4.3. Suprimido.

6.4. Não há previsão de disponibilização de materiais, somente das licenças no portal de gerenciamento da Microsoft.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. Suprimido.

6.1.1. Suprimido.

6.1.2. Suprimido.

6.1.3. Suprimido.

6.5 Não há informações adicionais relevantes além daquelas já expostas neste Termo de Referência.

6.6. Suprimido.

6.7. Suprimido.

Formas de transferência de conhecimento

- 6.8. Suprimido.
- 6.9. Suprimido.
- 6.10. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 6.11. Suprimido.
- 6.12. Suprimido.
- 6.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

- 6.14. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no ANEXO F.
- 6.15. Suprimido.

Mecanismos formais de comunicação

- 6.16. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
 - 6.16.1. Ordem de Serviço;
 - 6.16.2. Ata de Reunião;
 - 6.16.3. Ofício;
 - 6.16.4. Sistema de abertura de chamados;
 - 6.16.5. E-mails e Cartas;
 - 6.16.6. Suprimido.

Formas de Pagamento

- 6.17. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 6.18. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.19. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS D e E.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

- 7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.6. Suprimido.
- 7.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

- 7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- 7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.
- 7.9.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:
- 7.9.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
 - 7.9.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
 - 7.9.1.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
 - 7.9.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
 - 7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

- 7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.13.1. Manifestação quanto à aderência contratual na etapa de aceite da entrega de serviços pela contratada;

7.13.2. Relatório de fiscalização administrativa em etapa após o aceite definitivo da entrega dos serviços.

Gestor do Contrato

7.14. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

| IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO | |
|---|---|
| Tópico | Descrição |
| Finalidade | Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na Ordem de Serviço. |
| Meta a cumprir | IAP igual ou superior a 100%. |
| Instrumento de medição | Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção. |
| Forma de acompanhamento | É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência. O fornecimento das licenças é executado nas OSs do contrato. Cada licença entregue será apurada individualmente na avaliação desse indicador. |
| Periodicidade | Mensal/Anual |
| Mecanismo de Cálculo (métrica) | $IAP = 100 * (Q_{tap} / Q_{tr})$ <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço; - Q_{tap} = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência. Refere-se a cada licença entregue dentro do período de referência estabelecido no TR. - Q_{tr} = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência. Refere-se a todas as licenças a serem entregues com base na OS. |
| Observações | <p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p> |
| Início de Vigência | A partir da emissão da OS. |
| Faixas de ajuste no pagamento e Sanções | <p>IAP \geq 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal/anual.</p> <p>IAP \geq 80% e $<$ 90%: 2% de desconto sobre o valor da fatura mensal/anual.</p> <p>IAP \geq 70% e $<$ 80%: 3% de desconto sobre o valor da fatura mensal/anual.</p> <p>IAP $<$ 70%: 5% de desconto sobre o valor da fatura mensal/anual.</p> |

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados acordados;

8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. Suprimido

8.4.1. Suprimido.

8.4.2. Suprimido.

8.4.3. Suprimido.

Do recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1. Testes para fins de elaboração do Termo de Recebimento Provisório:

8.19.1.1. Será verificado no site do fabricante, em área de acesso exclusivo da ANTAQ, a disponibilização das licenças, seus part numbers/SKU e quantidades, de acordo com a Ordem de Serviço (OS).

8.19.2. Testes para fins de elaboração do Termo de Recebimento Definitivo:

8.19.2.1. As licenças serão instaladas nos softwares ou distribuídas para os usuários para teste de funcionamento.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.20. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

| ID | Ocorrência | Glosa/Sanção |
|----|--|---|
| 1 | Não atender ao indicador de nível de serviço IAP - Índice de Atendimento no Prazo | IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal/anual. IAP >= 80% e < 90%: 2% de desconto sobre o valor da fatura mensal/anual. IAP >= 70% e < 80%: 3% de desconto sobre o valor da fatura mensal/anual. IAP < 70%: 5% de desconto sobre o valor da fatura mensal/anual. |
| 2 | Não comparecer injustificadamente à reunião inicial. | Advertência. Em caso de reincidência, multa 0,1% sobre o valor total do Contrato. |
| 3 | Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. | A CONTRATADA será impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública federal pelo prazo máximo de 3 anos e multa de 3% do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas nas cominações legais. |
| 4 | Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação. | A Contratada será declarada impedida para licitar e contratar com a Administração Pública. |
| 5 | Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. | Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo da Rescisão Contratual. |
| 6 | Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação. | Multa de até 3% sobre o valor total do item prejudicado no Contrato. |
| 7 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato. | Multa de até 3% sobre o valor total do item prejudicado no Contrato. |
| 8 | Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 5 dias úteis. | Advertência. Em caso de reincidência, multa de 0,1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 1% do valor total do Contrato. |
| 9 | Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc). | A Contratada será impedida de licitar e contratar com a Administração Pública federal pelo prazo máximo de 3 anos, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021. |
| 10 | Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços. | A Contratada será impedida de licitar e contratar com a Administração Pública federal pelo prazo máximo de 3 anos, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021. |

| ID | Ocorrência | Glosa/Sanção |
|----|--|--|
| 11 | Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas. | A Contratada será impedida de licitar e contratar com a Administração Pública federal pelo prazo máximo de 3 anos, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021. |
| 12 | Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante. | A Contratada será impedida de licitar e contratar com a Administração Pública federal pelo prazo máximo de 3 anos, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021. |
| 13 | Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela. | Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de até 2% (dois por cento) do valor total do Contrato. |

8.21. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

8.21.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.21.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

Liquidação

8.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.24.1. o prazo de validade;

8.24.2. a data da emissão;

8.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.24.5. o valor a pagar; e

8.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.25. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.26. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.32. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. Suprimido.

8.40. Suprimido.

8.41. Suprimido.

8.41.1. Suprimido.

8.41.2. Suprimido.

8.42. Suprimido.

8.42.1. Suprimido.

8.43. Suprimido.

8.44. Suprimido.

8.45. Suprimido.

8.46. Suprimido.

8.47. Suprimido.

8.47.1. Suprimido.

8.47.2. Suprimido.

8.48. Suprimido.

Cessão de crédito

8.49. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.49.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.50. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.51. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.52. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.53. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Suprimido.

9.4. Suprimido.

9.5. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Suprimido.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.16.1 Está vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio para participação do certame da presente contratação.

9.16.2. Tal medida se dá em razão da natureza do objeto se tratar de licenças de softwares. Ademais, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) identificou em Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que há no mercado múltiplos fornecedores capazes de atender a integralidade do objeto da contratação, desse modo, resta claro que a vedação da participação de consórcios não comprometerá a competitividade da licitação.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Suprimido.

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1. Fornecimento de pelo menos 350 (trezentas e cinquenta) licenças de Office 365 ou Microsoft 365 nos planos E1, E3 ou E5.

9.34.2. Fornecimento de pelo menos 8 licenças do produto SQL Server Enterprise, na modalidade Subscrição ou Perpétua.

9.34.3. Fornecimento de pelo menos 59 licenças do produto Windows Server Enterprise ou CIS Suite Datacenter Core, na modalidade Subscrição ou Perpétua.

9.34.4. Fornecimento de pelo menos 9 licenças do produto Microsoft Project, na modalidade Subscrição ou Perpétua.

9.34.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.37. Suprimido.

9.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.38.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

- 9.38.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.38.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.38.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.38.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 9.39. A equipe de planejamento entende que os quantitativos exigidos no item 9.34 são razoáveis e praxe como critério de qualificação técnica e que os quantitativos estão dentro da margem de 50% permitido pelo TCU.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.808.154,95 (um milhão, oitocentos e oito mil cento e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

| Grupo | Item | CATSER | Descrição | Ident. SGD | Ident. Microsoft | Modelo de Licenciamento | Cronograma de Pagamentos | Preço Unitário Mensal Estimado [A] | Preço Unitário Anual Estimado [B]=[A]*12 | Quant. Estimada Máxima [C] | Valor Estimado Máximo dos Pagamentos Mensais [D]=[A]*[C] | Valor Total Estimado Máximo para 12 meses [E]=[B]*[C] |
|-------|------|--------|--|--------------|------------------|-------------------------|--------------------------|------------------------------------|--|----------------------------|--|---|
| 1 | 1 | 27502 | M365 E3 Unified Sub Per User | MS.4.0-A0936 | AAD-33204 | Subscrição | Mensal | R\$ 162,31 | R\$ 1.947,72 | 620 | R\$ 100.632,20 | R\$ 1.207.586,40 |
| | 2 | 27502 | M365 F3 FUSL Sub Per User | MS.4.0-A1383 | JFX-00003 | Subscrição | Mensal | R\$ 35,84 | R\$ 430,08 | 120 | R\$ 4.300,80 | R\$ 51.609,60 |
| | 3 | 27502 | Project P3 Sub Per User | MS.4.0-A0475 | 7LS-00002 | Subscrição | Mensal | R\$ 120,65 | R\$ 1.447,80 | 20 | R\$ 2.413,00 | R\$ 28.956,00 |
| | 4 | 27502 | Win Server DC Core ALng LSA 2L | MS.4.0-A0529 | 9EA-00039 | Subscrição | Anual | N/A | R\$ 1.066,30 | 120 | N/A | R\$ 127.956,00 |
| | 5 | 27502 | SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L | MS.4.0-A0456 | 7JQ-00341 | Subscrição | Anual | N/A | R\$ 22.275,55 | 17 | N/A | R\$ 378.684,35 |
| | 6 | 27502 | Visual Studio Pro with GitHub ALng LSA | MS.4.0-A1626 | QEK-00001 | Subscrição | Anual | N/A | R\$ 2.227,10 | 6 | N/A | R\$ 13.362,60 |
| TOTAL | | | | | | | | | | | R\$ 107.346,00 | R\$ 1.808.154,95 |

- 10.2. Suprimido.
- 10.3. Suprimido.
- 10.4. Suprimido.
- 10.5. Suprimido.
- 10.5.1. Suprimido.
- 10.5.2. Suprimido.
- 10.5.3. Suprimido.
- 10.5.4. Suprimido.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [...];
- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...];

11.2.1 Foi inserido nos autos a Declaração de Disponibilidade Orçamentária COR (SEI nº 2174999) com as informações acima.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4 Cronograma Físico Financeiro

| Evento | Prazo Estimado | Valor Estimado |
|---|--|----------------|
| Assinatura do Contrato | dia D | R\$ - |
| Emissão das Ordens de Serviço Anuais | Após a assinatura do Contrato ou prorrogação contratual | R\$ - |
| Emissão das Ordens de Serviço Mensais | Até 15 (quinze) dias anteriores do início do mês de referência | R\$ - |
| Disponibilização das Licenças | Até 15 (quinze) dias corridos da emissão da Ordem de Serviço (E4) ou (E5) | R\$ - |
| Assinatura do Termo de Recebimento Provisório | 3 (três) dias úteis da Disponibilização das Licenças(E6) | R\$ - |
| Testes de Conformidade (Teste e Inspeção) | 5 (cinco) dias úteis após a Assinatura do Termo de Recebimento Provisório (E7) | R\$ - |
| Aplicação das correções após a não aceitação das Licenças | 3 (três) dias úteis após a não aceitação dos Testes de Conformidade (E8) | R\$ - |
| Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo | 3 (três) dias úteis após o aceite dos Testes de Conformidade (E8) | R\$ - |
| Pagamento - OS Anual | 10 (dez) dias corridos do Ateste da Nota Fiscal/Fatura - Previsão Abril/2024 | R\$ 520.002,95 |
| Pagamento - OS Mensal | 10 (dez) dias corridos do Ateste da Nota Fiscal/Fatura - De Abril/2024 até Abril/2025 (pagamentos mensais) | R\$ 107.346,00 |

11.4.1 A adequação orçamentária estimada contempla os pagamentos mensais a partir de abril/2024, mês previsto para assinatura do contrato, até abril/2025, correspondendo aos 12 meses de contratação.

11.4.2 O valor dos desembolsos mensais dependerá da quantidade de licenças efetivamente utilizadas e solicitada mediante Ordem de Serviço.

11.4.3 O quantitativo de licenças utilizados por ano está pormenorizada no item 1.1 deste Termo de Referência.

12. DO REAJUSTE

12.1 Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

13. DOS ANEXOS

ANEXO A - Modelo de Execução dos Serviços

ANEXO B - Modelo de Proposta de Preço

ANEXO C - Modelo de Designação do Preposto

ANEXO D - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

ANEXO E - Termo de Ciência

ANEXO F - Ordem de Serviço

ANEXO G - Termo de Recebimento Provisório

ANEXO H - Termo de Recebimento Definitivo

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Ordem de Serviço nº 9/2024/GLC/SAF (SEI 2151828)

BRUNO DAVID GONCALVES FREITAS

Integrante Requisitante

Despacho: Ordem de Serviço nº 9/2024/GLC/SAF (SEI 2151828)

DIOGENES DE OLIVEIRA NUNES

Integrante Técnico

Despacho: Ordem de Serviço nº 9/2024/GLC/SAF (SEI 2151828)

PAULO RODRIGUES DOS SANTOS

Integrante Administrativo

ANEXO A – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. ORDENS DE SERVIÇOS (OSs)

- 1.1 As licenças serão fornecidas, sob demanda da CONTRATANTE, de acordo com as condições e a quantidade adquirida e permitirão atualizações de versão e correções durante o período de vigência da subscrição, observando as disposições do Edital e do PMC-TIC.
- 1.2 As Ordens de Serviço serão emitidas nas seguintes periodicidades:
 - 1.2.1 Mensalmente (para os itens 1,2 e 3);
 - 1.2.2 Anualmente (para os itens (4,5 e 6)
- 1.3 Não há garantia de solicitação de quantidade mínima de licenças por parte da CONTRATANTE para nenhum dos itens previstos no objeto, podendo a CONTRATANTE emitir OSs com quaisquer quantidades, desde que não ultrapasse a quantidade estimada máxima do contrato.
- 1.4 As Ordens de Serviço Mensais deverão ser emitidas em até 15 (quinze) dias corridos do mês de referência.
- 1.5 As Ordens de Serviço Anuais deverão ser emitidas após a assinatura do contrato ou após a formalização da prorrogação contratual.

2. DISPONIBILIZAÇÃO DAS LICENÇAS

- 2.1 A disponibilização das licenças de software contratadas deverá ser informada por e-mail para a equipe de fiscalização do contrato, e deverão estar disponíveis também para consulta no portal de gerenciamento de licenças da Microsoft.
- 2.2 Para todas as licenças.
 - 2.2.1 A Contratada deverá entregar as licenças de uso dos softwares por meio eletrônico pelo site do fabricante Microsoft, o VLSC – Volume Licensing Service Center ou portal que tenho o substituído, com opção de download ilimitado, com acesso exclusivo ao Contratante.
 - 2.2.2 A versão deve ser a última disponível no mercado na data do fornecimento da subscrição do produto;
 - 2.2.3 Os softwares deverão ser multi-language;
 - 2.2.4 Deverá ser disponibilizado acesso ao portal de gestão do contrato que permitam no mínimo:
 - 2.2.4.1 Baixar (downloads) produtos e chaves;
 - 2.2.4.2 Baixar atualizações e pacotes de correção;
 - 2.2.4.3 Acesso às informações de licenciamento em um local;
 - 2.2.4.4 Exibição dos detalhes resumidos sobre relacionamentos e licenças;
 - 2.2.4.5 Verificação do status dos relacionamentos; e
 - 2.2.4.6 Ativação e utilização dos benefícios de Software Assurance.

- 2.3 6.1.2.5. A Contratada deverá entregar documentação contendo a chave de acesso ao portal, com todos os softwares (resumo de licenças) contratados e disponíveis para utilização;

3. RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- 3.1 Para fins de elaboração do Termo de Recebimento Provisório será verificado no site do fabricante, em área de acesso exclusivo da ANTAQ, a disponibilização das licenças, seus part-numbers/SKU e quantidades, de acordo com a Ordem de Serviço (OS).
- 3.2 A CONTRATADA será responsável por fornecer suporte para acesso ao portal das licenças e realizar as correções necessárias em caso de mudança de gestores. Além disso, ela deverá realizar os ajustes e correções conforme necessário.
- 3.3 O Termo de Recebimento Provisório será emitido em até 3 (três) dias úteis da Disponibilização das Licenças.

4. RECEBIMENTO DEFINITIVO

- 4.1 As licenças serão instaladas nos softwares ou distribuídas para os usuários para teste de funcionamento em até 5 (cinco) dias úteis após a Assinatura do Termo de Recebimento Provisório.
- 4.2 Caso as licenças, quantidades e funcionamento estejam corretos será emitido o Termo de Recebimento Definitivo em até 3 (três) dias úteis após o aceite dos Testes de Conformidade.
- 4.3 Caso sejam identificadas falhas ou não conformidades na disponibilização/uso das licenças a CONTRATADA terá 3 (três) dias úteis para sanar/corrigir as não conformidades.
- 4.4 O Termo de Recebimento Definitivo será emitido pela CONTRATANTE após a constatação de que os serviços foram executados de acordo com as especificações técnicas, prazos e demais condições contratuais, e não existem mais pendências a serem sanadas.
- 4.5 O recebimento definitivo dos serviços atestará a plena execução do contrato e possibilitará o pagamento final à CONTRATADA.
- 4.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. PAGAMENTO MENSAL (PARA OS ITENS 1, 2 E 3)

- 5.1 O pagamento dos itens 1, 2 e 3 será efetuado mensalmente, exclusivamente, em função da quantidade efetiva de licenças solicitadas e ativadas pelo CONTRATANTE e dos níveis mínimos de serviços alcançados.
- 5.2 O valor mensal do item corresponde ao valor em reais das subscrições das licenças e/ou prestação dos serviços, de cada respectivo item, devendo ser calculado a partir da seguinte fórmula:

Valor Mensal do Item = [Quantidade Solicitada x Valor Unitário (R\$)]

Onde:

- Quantidade Solicitada = Quantidade de licenças solicitada na Ordem de Serviço, ficando estabelecido o último dia corrido de cada mês como a data-base para efeitos de medição mensal.
- Valor Unitário = Valor Unitário Contratado do respectivo item.

- 5.3 O Valor Mensal da Solução (valor a ser faturado) corresponde ao valor total em reais da solução para o mês de referência. Isso significa que é a soma do Valor Mensal de cada item respectivo, descontando o Fator de Redução (glosa), se houver, para o mês de referência. Esse cálculo pode ser realizado usando a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Mensal da Solução} = \Sigma (\text{Valor Mensal dos Itens}) - \text{FR}$$

Onde:

- Valor Mensal dos Itens = Valor Mensal de cada item respectivo;
- Fator de Redução (FR) = os serviços serão avaliados mensalmente, e se houver pontos perdidos na avaliação mensal dos serviços, será aplicado o Fator de Redução (glosa). O cálculo para a avaliação mensal dos serviços segue as diretrizes estabelecidas no tópico Níveis Mínimos de Serviço deste Termo de Referência.

6. PAGAMENTO ANUAL (PARA OS ITENS 4, 5 E 6)

- 6.1 Para os itens 4 (Windows Server), 5 (SQL Server) e 6 (Visual Studio), considerando o modelo de comercialização do FABRICANTE, os quantitativos pretendidos pela CONTRATANTE para os 12 (doze) meses seguintes, deverão ser solicitados no início de cada vigência contratual ou respectiva prorrogação. As licenças serão fornecidas, sob demanda da CONTRATANTE, de acordo com as condições e a quantidade adquirida e permitirão atualizações de versão e correções durante o período de vigência da subscrição, observando as disposições do Edital e do PMC-TIC.

ANEXO B – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Ref.: Pregão Eletrônico nº __/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada no endereço _____, neste ato representada por _____, interessada nos serviços de subscrição de licenças de uso de softwares Microsoft, pelo período de 12 (doze) meses, para ambiente corporativo e datacenter da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, com o respectivo fornecimento de licenças, suporte e benefícios, conforme termos, condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, objeto do presente pregão propõe à ANTAQ a proposta de preços abaixo, nas seguintes condições:

| Grupo | Item | CATSER | Descrição | Ident. SGD | Ident. Microsoft | Modelo de Licenciamento | Cronograma de Pagamentos | Preço Unitário Mensal [A] | Preço Unitário Anual [B]=[A]*12 | Quant. Máxima [C] | Valor Máximo dos Pagamentos Mensais [D]=[A]*[C] | Valor Total Máximo para 12 meses [E]=[B]*[C] |
|-------|------|--------|--|--------------|------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------------|-------------------|---|--|
| 1 | 1 | 27502 | M365 E3 Unified Sub Per User | MS.4.0-A0936 | AAD-33204 | Subscrição | Mensal | R\$ XXX,XX | R\$ XXX,XX | 620 | R\$ X.XXX,XX | R\$ XX.XXX,XX |
| | 2 | 27502 | M365 F3 FUSL Sub Per User | MS.4.0-A1383 | JFX-00003 | Subscrição | Mensal | R\$ XXX,XX | R\$ XXX,XX | 120 | R\$ X.XXX,XX | R\$ XX.XXX,XX |
| | 3 | 27502 | Project P3 Sub Per User | MS.4.0-A0475 | 7LS-00002 | Subscrição | Mensal | R\$ XXX,XX | R\$ XXX,XX | 20 | R\$ X.XXX,XX | R\$ XX.XXX,XX |
| | 4 | 27502 | Win Server DC Core ALng LSA 2L | MS.4.0-A0529 | 9EA-00039 | Subscrição | Anual | N/A | R\$ XXX,XX | 120 | N/A | R\$ XX.XXX,XX |
| | 5 | 27502 | SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L | MS.4.0-A0456 | 7JQ-00341 | Subscrição | Anual | N/A | R\$ XXX,XX | 17 | N/A | R\$ XX.XXX,XX |
| | 6 | 27502 | Visual Studio Pro with GitHub ALng LSA | MS.4.0-A1626 | QEK-00001 | Subscrição | Anual | N/A | R\$ XXX,XX | 6 | N/A | R\$ XX.XXX,XX |
| TOTAL | | | | | | | | | | | R\$ XXX.XXX,XX | R\$ X.XXX.XXX,XX |

1. PROPOSTA

- 1.1. Valor Total da Proposta: R\$ X.XXX.XXX,XX (valor por extenso);
- 1.2. A proposta é válida por (.....) dias partir desta data (no mínimo 60 dias);
- 1.3. Declaramos que nos preços apresentados acima já estão computadas todas as despesas e todos os custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como já estão incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, fretes, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste pregão.

2. DECLARAÇÕES

- 2.1. Declaramos que estamos cientes e concordamos com todas as condições, obrigações, exigências e responsabilidades estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 2.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

3. DADOS DA EMPRESA

- 3.1. Razão Social:
- 3.2. Nome Fantasia:
- 3.3. CNPJ:
- 3.4. Endereço:
- 3.5. E-mail:
- 3.6. Telefone:
- 3.7. Pessoa para contato:

4. DADOS BANCÁRIOS

- 4.1. Banco:
- 4.2. Agência:
- 4.3. Conta-Corrente:

5. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

- 5.1. Nome:
- 5.2. Cargo/Função:
- 5.3. RG e CPF:
- 5.4. Endereço:
- 5.5. E-mail:
- 5.6. Telefone:

(Local),de de

(Responsável/Representante Legal da empresa) - (CPF)

ANEXO C – MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone nº _____, e-mail _____, por meio de seu representante legal, _____, (nome do representante), portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF nº _____, indica o(a) Sr.(a) _____, RG _____, CPF _____, telefone de contato (.....)_____, como Preposto, para representá-la durante a execução do Contrato decorrente do referido pregão.

(Local),de de

(Representante Legal) - (RG e CPF)

(Nome da Empresa)

(Endereço)

(endereço eletrônico, telefone)

ANEXO D - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, sediada na SEPN Quadra 514, Conjunto “E”, Edifício ANTAQ, CEP: 70760-545 – Brasília – DF, CNPJ nº 04.903.587/0001-08, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro de BRASÍLIA-DF, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

| CONTRATADA | CONTRATANTE |
|--|---|
| <hr/> <div><Nome> <Qualificação></div> | <hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div> |

| TESTEMUNHAS | |
|--|--|
| <hr/> <div><Nome> <Qualificação></div> | <hr/> <div><Nome> <Qualificação></div> |

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO E - TERMO DE CIÊNCIA

| INTRODUÇÃO |
|---|
| <p>O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.</p> <p>No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.</p> <p>Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.</p> |

1 - IDENTIFICAÇÃO

| | | | |
|--------------------|--|-------|--|
| CONTRATO Nº | | | |
| OBJETO | | | |
| CONTRATADA | | CNPJ | |
| PREPOSTO | | | |
| GESTOR DO CONTRATO | | MATR. | |

2 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

| Funcionários da Contratada | | |
|----------------------------|-----------|------------|
| Nome | Matrícula | Assinatura |
| | | |
| | | |
| | | |

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO F - ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

| INTRODUÇÃO |
|--|
| <p>Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.</p> <p>O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.</p> <p>Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.</p> |

| 1 – IDENTIFICAÇÃO | | | |
|--------------------|--|-----------------|--|
| Nº da OS | | Data de emissão | |
| Contrato nº | | | |
| Objeto do Contrato | | | |
| Início vigência | | Fim vigência | |
| ÁREA REQUISITANTE | | | |
| Unidade | | | |
| Solicitante | | E-mail | |
| GESTOR DO CONTRATO | | | |
| Unidade | | | |
| Gestor do Contrato | | E-mail | |
| CONTRATADA | | | |
| Contratada | | CNPJ | |
| Preposto | | E-mail | |

| 2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS | | | | | |
|--|----------------------|---------|----------------------|-------|-------------------|
| Item | Descrição do serviço | Métrica | Valor unitário (R\$) | Qtde. | Valor Total (R\$) |
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |
| ... | | | | | |
| Valor total estimado da Ordem de Serviço | | | | | |

| 3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES |
|--|
| |

| 4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS | | | |
|--------------------------------|----------------|--------------|-----|
| Data de Início: | | Data do Fim: | |
| CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA | | | |
| Item | Tarefa/entrega | Início | Fim |
| 1 | | | |
| 2 | | | |
| ... | | | |
| | | | |
| | | | |

| 5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA |
|--|
| |

Autoriza-se a execução dos serviços correspondentes à presente Ordem de Serviço, no período e nos quantitativos acima identificados.

| ÁREA REQUISITANTE | GESTOR DO CONTRATO |
|--|--|
| <p>_____</p> <p><Nome></p> <p>SIAPE:</p> <p>Local, <dia> de <mês> de <ano></p> | <p>_____</p> <p><Nome></p> <p>SIAPE:</p> <p>Local, <dia> de <mês> de <ano></p> |
| CIÊNCIA DA CONTRATADA | |
| <p>_____</p> <p><Nome></p> <p><Preposto></p> <p>CPF: <nº do CPF do preposto></p> <p>Local, <dia> de <mês> de <ano></p> | |

ANEXO G – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório declarará, de forma sumária, que as compras foram entregues, para verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

| | | | |
|-----------------|--|------|--|
| CONTRATO Nº | | | |
| CONTRATADA | | CNPJ | |
| Nº DA OS | | | |
| DATA DA EMISSÃO | | | |

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS ENTREGUES E SERVIÇOS EXECUTADOS

SOLUÇÃO DE TIC

<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|----------------|--|------------|----------------------|-------------------|
| 1 | <Descrição igual ao da OS de abertura> | | | |
| ... | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| TOTAL DE ITENS | | | | |

3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à <OS> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram executados e <atende(m)/atende(m) parcialmente/não atende(m)> às respectivas exigências de caráter técnico discriminadas abaixo. Não obstante, estarão sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo desses serviços ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA | ATENDIMENTO | OBSERVAÇÃO |
|------|---------------------------------------|-------------|------------|
| 1 | <exigências técnicas definidas no TR> | ... | |
| ... | ... | ... | |
| ... | ... | ... | |
| ... | ... | ... | |

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO H - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

| INTRODUÇÃO |
|---|
| O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos. |
| Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022. |

| 1 – IDENTIFICAÇÃO | | | |
|-------------------|--|------|--|
| CONTRATO Nº | | | |
| CONTRATADA | | CNPJ | |
| Nº DA OS | | | |
| DATA DA EMISSÃO | | | |

| 2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS ENTREGUES E SERVIÇOS EXECUTADOS | | | | |
|---|--|------------|----------------------|-------------------|
| SOLUÇÃO DE TIC | | | | |
| <Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado> | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
| 1 | <Descrição igual ao da OS de abertura> | | | |
| ... | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| TOTAL DE ITENS | | | | |

| 3 – ATESTE DE RECEBIMENTO |
|---------------------------|
|---------------------------|

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO/ATESTAMOS que o(s) <serviço(s)/ bem(s)> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela CONTRATADA e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

| ITEM | EXIGÊNCIA CONTRATUAL | ATENDIMENTO | OBSERVAÇÃO |
|------|----------------------|-------------|------------|
| 1 | | ... | |
| ... | ... | ... | |
| ... | ... | ... | |
| ... | ... | ... | |
| | | | |

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços de-finidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo adminis-trativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 - ASSINATURA

GESTOR DO CONTRATO

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

6 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos da alínea “n”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022, AUTORIZA-SE a CONTRATADA a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>